

# Opinião Econômica

## O novo elástico

A reabertura dos cofres externos para o Brasil sem alternativas pode acontecer ainda hoje em Nova Iorque. No mais tardar, dia 21, prazo recomendado, ontem, em Washington, pelo FMI, nosso «lender of last resort».

O número já virou chutome *riá*, mas parece que estamos arrumando, na soma da contratação de dinheiro novo com a renovação de crédito vencido, mais o crediário de importação e o depósito interbancário, qualquer coisa parecida com US\$ 16 bilhões, em meia dúzia de suaves transfusões.

Essa dinheirama, metade física, metade contábil, vai permitir ao cargueiro brasileiro, fazendo água por todos os furos, a travessia do maremoto de 1983, exercício do vai-ou-racha ou rebenta a caixa.

oOo

E o «stand-by» de US\$ 6 bilhões do FMI?

Esse recurso vai direto para os congeladores do Banco Central, sob o elegante rótulo de «reservas internacionais do Brasil», ativo literalmente exaurido no sufoco de caixa dos últimos 120 dias.

oOo

Estamos renegociando, não a dívida externa bruta, mas o serviço dessa dívida no exercício contábil de 1983. E o detalhe: conseguindo algum dinheiro realmente novo para nossas necessidades de giro e de investimento.

Os banqueiros entenderam a mensagem do Brasil em construção, a economia do «point of no return», tal qual a opção do avião disparado no fim da pista: ou levanta vôo ou explode feio.

No caso brasileiro, um avião transportando os filhinhos do banqueiro...

oOo

Garantida a administração da dívida, a autoridade econômica voltará a ocupar-se da programação interna, já amarrada em orçamentos penosamente montados no escuro da decisão na incerteza.

A reabertura das torneiras da poupança externa vai proporcionar a governantes e governados uma informação crucial: o tamanho do elástico financeiro para puxar sem quebrar.

Provavelmente, na semana que vem, já saberemos se o orçamento monetário, divulgado em dezembro, é para valer ou para inglês ver. A peça estabelece o volume de crédito que será colocado à disposição da economia viciada em crédito. Volume que não dispensa a razão suplementar da poupança externa.

Confirmado o volume, estará criada a condição básica para a discussão do preço do insumo, vulgo taxa de juros, assunto apimentado que o CMN terá de deglutir na reunião do fim do mês.

oOo

O chamado «pacote dos juros» estava programado para 11 de janeiro. Mas não passou da promessa: o leão teve de miar. Era preciso aguardar a retomada (ou não) dos fluxos financeiros de fora para dentro, as condições técnicas (e políticas) dessa retomada, coisa que só começa a acontecer, hoje em Nova Iorque.

A aprovação do volume desencadeia a fixação do nível dos juros do sistema financeiro em geral. De um lado, porque garante uma expansão interna de 60 por cento na massa do crédito geral, para uma inflação projetada de 78 por cento. Expansão abaixo da solicitação do mercado, mas do gênero suportável — se a inflação contentar-se com 78 por cento, no máximo.

Janeiro esnobou a previsão oficial, emplacando 9 por cento.

O ministro Delfim Netto aposta o cargo na realização do objetivo anual de 78 por cento. Para tanto, ele conta com o novo arrocho do salário e com a queda do juro bancário.

A queda do juro depende de decisões que estão ao alcance do governo, autor intelectual da alta vertiginosa do custo do dinheiro na economia brasileira, ou no dizer do empresário Ruy Barreto:

«O juro, no Brasil, pode cair até por decreto. E sem tabelamento...»

oOo

A baixa escreve certo por linhas tortas. Ela não dispensa o cumprimento da meta leonina fixada pelo governo na programação de 83: a redução do «déficit» público de 6,7 para 2,5 por cento do PIB, entre janeiro e dezembro.

Não sei quem vai (nem como vai) colocar o sininho do rato no pescoço do gato, mas se acontecer tamanho milagre, o governo não terá necessidade de pressionar o público poupador com juros apetitosos na busca da poupança privada para o financiamento do «déficit» público.

Repasse de saldos do orçamento fiscal (cortado em 12 por cento na coluna de despesa), bastaria para quebrar o grande galho. A Casa da Moeda completaria a recauchutagem, via orçamento monetário.

oOo

Retirando seus tanques e aviões do «front» financeiro, o Tesouro deixaria de pressionar a alta dos juros na ponta da captação de poupança, aliviando o esforço de competição dos papéis privados. E caindo a taxa na ponta do poupador, cairia a taxa na ponta do tomador.

Repassador automático, o banco não tem para dar ao mutuário um só desconto que não seja sacado do poupador, assim como não tem para gratificar o titular do depósito um só centavo que não seja cobrado do titular da dívida.

A pressão altista dos juros, no mercado da renda fixa, serviu-se da inestimável colaboração dos bancos estaduais, antes e depois da eleição. Na captação de poupança em Certificados de Depósitos Bancários, as instituições de chapa branca contemplaram os investidores com remuneração líquida de até 127 por cento ao ano...

oOo

Mas não basta afastar a massa crítica dos títulos públicos nas trincheiras da captação da poupança interna. É preciso desvincular as taxas do crédito interno dos custos de captação da poupança externa, agora que a correção cambial, por decreto, promete ficar 12,7 pontos percentuais acima da inflação de 100 por cento.

A ruptura desse alinhamento (utilizado para forçar o tomador brasileiro a trabalhar com dinheiro estrangeiro) pode acontecer a qualquer momento: a captação externa, negociada em bloco com os bancos internacionais, contrato tutelado pelo FMI, dispensa a incerta pescaria em conta-gotas, sem data marcada, de banco em banco, de projeto em projeto, de tomador em tomador.

Para o bom entendedor...

oOo

A próxima reunião do CMN poderá orquestrar, agora, sim, a queda induzida dos juros bancários.

De um lado, por questão de sobrevivência biológica da economia endividada e inflacionada. De outro, por questão de conveniência política: governo que decreta a redução dos ganhos abençoados do trabalho, tem obrigação moral de decretar a redução dos lucros despidorados do capital.

**Joelmir Beting**